

Carta-resposta ao SINDESP-MG

Compromissos com a capacidade do Estado e com a carreira de EPPGG

Minas Gerais, setembro de 2026.

À Diretoria do Sindicato dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do Governo de Minas Gerais
SINDESP-MG

Prezadas senhoras e prezados senhores,

Agradeço o encaminhamento da Carta-Compromisso com a Carreira de EPPGGs para o Fortalecimento da Capacidade do Estado de Minas Gerais. O documento coloca uma questão central para qualquer governo: como transformar decisões políticas legítimas em serviços que funcionem e resultados que melhorem a vida da população.

Um plano de governo não se executa sozinho. Depende de equipes qualificadas, instituições capazes e recursos bem utilizados. Valorizar os Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental deve ser parte desse esforço, reconhecendo a contribuição de seus profissionais e conectando seu trabalho às necessidades do Estado.

Nosso Plano de Governo de Gabriel Azevedo e Maria Helena prevê fortalecer a Fundação João Pinheiro como capacidade técnica estadual, integrar o planejamento às realidades regionais e criar uma instituição independente de avaliação de políticas públicas. Também vincula a recuperação das contas à possibilidade de oferecer melhores serviços. São convergências importantes com a carta recebida.

Apresento nossa resposta na sequência dos cinco compromissos propostos pelo sindicato, com a mesma responsabilidade que orienta o programa: afirmar o que assumimos e distinguir as definições que ainda precisam ser construídas.

1. Manutenção da carreira de EPPGG como política de Estado

Defendo a manutenção de uma capacidade técnica permanente, que preserve conhecimento e sustente a execução das políticas para além das mudanças de governo. Reconheço a carreira de EPPGG como parte dessa estrutura. A alternância democrática deve conviver com continuidade institucional, sem obrigar a administração a reconstruir sua capacidade a cada mandato.

Nosso plano estabelece expressamente a valorização da Fundação João Pinheiro na formação de quadros técnicos estaduais e municipais e no apoio à gestão e à avaliação de políticas. Esse é o compromisso programático que assumo e que oferece base ao diálogo sobre a continuidade do CSAP como instrumento de formação e ingresso na carreira.

O programa, entretanto, não detalha o modelo de ingresso na carreira nem fixa entradas anuais pelo CSAP. Por isso, não apresento essa periodicidade como uma garantia já estabelecida no plano. A reivindicação deverá ser considerada no planejamento da formação e da força de trabalho, com exame da capacidade formadora, das necessidades de pessoal e da sustentação orçamentária, respeitadas as regras vigentes.

Essa delimitação não significa desvalorizar o CSAP ou defender sua interrupção. Significa tratar sua continuidade com planejamento e dar uma resposta fundamentada sobre as condições de ingresso, sem acrescentar uma promessa automática que o programa não definiu.

2. Valorização dos servidores e da carreira de EPPGG

Valorizar a carreira envolve assegurar condições para que seus profissionais contribuam efetivamente com as políticas públicas. Formação especializada não pode ser desperdiçada em funções desconectadas das atribuições dos servidores ou em processos que não permitem utilizar seu conhecimento.

O aproveitamento estratégico dos EPPGGs deverá dialogar com as prioridades do plano, especialmente na articulação entre órgãos, na avaliação de resultados, na estruturação de projetos e no planejamento. Sua atuação será considerada na organização das equipes, respeitando atribuições e competências, em cooperação com as demais carreiras.

A Fundação João Pinheiro e as instituições de ensino e pesquisa poderão contribuir para o desenvolvimento profissional, conforme a estratégia de cooperação prevista no programa. A formação deve responder aos desafios da administração e permitir que o conhecimento adquirido seja aplicado no trabalho.

Também considero essencial respeitar a contribuição técnica dos servidores. Uma análise que identifique falhas ou riscos não deve ser tratada como falta de lealdade ao governo. A decisão política permanece sob responsabilidade de quem governa, e precisa ser tomada com conhecimento das consequências e com razões que possam ser explicadas à sociedade.

O plano não estabelece uma reestruturação remuneratória específica para os EPPGGs. Esta resposta não anuncia percentuais de reajuste nem novas vantagens. O diálogo sobre a carreira deverá considerar condições de trabalho, desenvolvimento profissional e remuneração com responsabilidade, sem transformar valorização em promessa que depois não possa ser sustentada.

3. Políticas públicas baseadas em evidências

Este compromisso ocupa posição central em nosso Plano de Governo. A administração precisa produzir, organizar e utilizar informações para decidir, e não apenas reunir números para justificar decisões já tomadas.

O programa distingue monitoramento, auditoria e avaliação. Monitorar permite acompanhar a execução; auditar verifica a regularidade; avaliar procura saber se a política produziu o resultado esperado, para quem funcionou e a que custo. São funções complementares, que não devem ser confundidas.

Propomos criar, por projeto de lei, a Comissão Independente de Avaliação e Resultados de Minas Gerais, com autonomia administrativa, orçamentária e técnica. O governo não poderá controlar suas conclusões nem impedir a publicação de seus relatórios. A instituição não substituirá a Fundação João Pinheiro, os órgãos de controle ou as equipes responsáveis pelas políticas.

A contribuição dos EPPGGs é pertinente tanto na qualificação das informações quanto na formulação e no acompanhamento das intervenções. Essa participação deverá respeitar os critérios técnicos de composição das equipes e a independência de quem avalia, sem confundir execução da política com avaliação independente de seus efeitos.

As avaliações deverão chegar ao orçamento. O desenho previsto no plano exige publicação dos relatórios, resposta fundamentada do órgão avaliado e demonstração de como as evidências foram consideradas nas decisões de alocação de recursos. Informações pessoais serão protegidas, e os resultados e métodos serão divulgados de maneira que permita seu exame pela sociedade.

Não se trata de substituir a decisão democrática pela decisão de um grupo de especialistas. O governo decide e responde por suas escolhas. A contribuição técnica ajuda a qualificar essas escolhas, e a transparência permite que a população conheça seus fundamentos. Inclusive quando uma política proposta por mim não apresentar o resultado esperado.

4. Planejamento integrado à execução

Nosso plano propõe aproximar a administração estadual das necessidades dos territórios por meio dos Governos Regionais, com reorganização de estruturas e equipes existentes, sem criar uma instância política acima dos prefeitos.

Essas equipes deverão identificar problemas e oportunidades, apoiar municípios com menor capacidade técnica e articular a execução das políticas estaduais. A proposta de unificar os indicadores de planejamento busca criar uma base comum para orçamento e metas, preservando as especificidades de cada área.

Os EPPGGs poderão contribuir para conectar o planejamento central à execução regional. Isso envolve organizar informações úteis à decisão e identificar entraves que dependam de mais de um órgão. Essa participação respeitará as atribuições das diferentes carreiras e o desenho de cada órgão. Regionalizar não pode ser apenas deslocar servidores: precisa significar utilizar melhor as competências existentes para fazer a administração responder.

A Carta Mineira de Serviços Públicos prevista no programa deverá estabelecer canais, prazos e responsabilidades compreensíveis para o cidadão. O Portal Único de Transparência Radical permitirá acompanhar a execução física e financeira de obras e serviços. Esses instrumentos precisam conversar com a gestão cotidiana, não funcionar como documentos separados da realidade.

O objetivo é que a prioridade tenha um caminho de execução conhecido: custos, fontes, metas, prazos e responsáveis. Quando surgir um obstáculo, o governo deverá identificá-lo e encaminhar sua solução. Planejamento não pode terminar na publicação de um plano, assim como execução não pode ser apenas reação à urgência do dia.

5. Enfrentamento da dívida e fortalecimento da capacidade estatal

O Plano de Governo trata a sustentabilidade das contas como condição para proteger serviços e recuperar a capacidade de investir. Sua orientação é que a despesa primária cresça menos que a receita, sem apresentar o aumento da carga tributária como saída para o desequilíbrio.

Essa trajetória exige diagnóstico transparente e revisão das políticas que não entregam resultado, preservando as prioridades sociais. O programa também prevê um painel anual de benefícios e subsídios fiscais, com contrapartidas, custo, objetivo e resultado, além da identificação dos beneficiários quando juridicamente possível. Não será correto tratar toda renúncia como receita automaticamente recuperável nem considerar toda despesa igualmente necessária.

Recebo a proposta de liderança e contribuição técnica dos EPPGGs como um chamado para aproveitar a capacidade que existe no próprio Estado. Contarei com essa contribuição na estruturação, no monitoramento e na avaliação das alternativas sustentáveis para a dívida, em articulação com os órgãos fazendários e de planejamento e com as demais equipes competentes.

O anexo fiscal do plano oferece uma base para esse trabalho, que deverá considerar as condições efetivas do endividamento e seus efeitos sobre o orçamento. A análise precisa deixar claros os compromissos presentes e futuros, sem confundir alívio temporário de caixa com solução permanente ou renegociação com desaparecimento da dívida.

A liderança técnica deverá ser exercida conforme as atribuições e a qualificação dos profissionais envolvidos. A responsabilidade pelas decisões continuará sendo do governo, respeitadas as competências das demais instituições. O conhecimento dos servidores deve orientar escolhas, não ser utilizado para transferir a eles a responsabilidade política por essas escolhas.

O reequilíbrio das contas deve se traduzir em maior capacidade de atendimento e de investimento. Não proponho um ajuste que desorganize as funções necessárias ao próprio Estado. Proponho rever o que não funciona, integrar esforços e sustentar as políticas que melhoram a vida da população.

Compromisso com o diálogo e com a execução

Esta carta registra minha resposta aos cinco pontos apresentados pelo SINDESP-MG. Constitui manifestação própria, com os compromissos e as delimitações aqui expressos, sem equivaler à adesão irrestrita ao formulário original.

O sindicato encontrará disposição para o diálogo sobre a carreira e sobre a organização da administração pública. Esse diálogo não dependerá de apoio político ao governo. Divergências deverão receber respostas fundamentadas, e as contribuições dos profissionais precisam ser consideradas pelo que podem acrescentar à qualidade das decisões.

Quero um governo que respeite o conhecimento de seus servidores, enfrente seus próprios erros e preste contas do que entrega. O fortalecimento da carreira deve ser compreendido nesse projeto de capacidade estatal, não como uma pauta separada das necessidades da população.

Não há Estado capaz sem profissionais preparados e respeitados. E a capacidade do Estado precisa aparecer na vida real: na escola que ensina, no atendimento que chega e no serviço público que funciona.

É com essa compreensão que recebo a contribuição do SINDESP-MG e apresento estes compromissos.

Atenciosamente,

Gabriel Azevedo

Candidato ao Governo de Minas Gerais

MDB | 15